

A Contribuição da Educação Física no Processo de Ensino-Aprendizagem no Ensino Fundamental I

Calixto, Vilson *

INTRODUÇÃO

A Educação Física desempenha um papel central no Ensino Fundamental I, abrangendo crianças de 6 a 10 anos, ao se consolidar como uma área do conhecimento que vai muito além da mera prática de atividades motoras. Ela representa uma ferramenta pedagógica indispensável para a formação integral dos estudantes, integrando dimensões físicas, cognitivas, sociais, afetivas e de promoção da saúde. Conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB(BRASIL, 1996), a Educação Física é um componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo reconhecida como parte essencial da formação cidadã e do desenvolvimento global dos educandos.

Durante os anos iniciais da escolarização, as crianças vivenciam uma fase de intensa construção de saberes, marcada por descobertas corporais, emocionais e sociais. Nesse contexto, a Educação Física contribui significativamente ao proporcionar experiências de aprendizagem que envolvem o corpo em movimento, o brincar, a ludicidade e a interação social, elementos centrais para o processo educativo na infância (DAOLIO, 2004; BETTI & ZULIANI, 2012). Assim, a prática pedagógica da Educação Física deve ser compreendida como um campo interdisciplinar, que dialoga com outras áreas do conhecimento, valorizando o desenvolvimento das múltiplas inteligências, conforme proposto por Howard Gardner (1995).

Um dos principais benefícios proporcionados pela Educação Física no Ensino Fundamental I é o desenvolvimento motor. De acordo com Gallahue e Ozmun (2005), o movimento humano é fundamental para o progresso físico e mental das crianças, sendo a base para outras aprendizagens escolares, como a escrita, a

CALIXTO, Vilson. Professor de Educação Básica II - Prefeitura Municipal de Araras. e-mail vilson.calixto@professor.educacaoararas.sp.gov.br

leitura e a organização espacial. Estudos publicados pelos Periódicos da Unimontes (2022) reforçam essa ideia ao apontar que o aprimoramento das habilidades motoras grossas e finas nas aulas de Educação Física favorece diretamente a coordenação motora, o equilíbrio, o controle corporal e o desempenho acadêmico.

Outro elemento de destaque nas práticas pedagógicas da Educação Física é a ludicidade, que, longe de ser apenas recreação, é um recurso metodológico potente para a construção do conhecimento. As atividades lúdicas promovem aprendizagens significativas ao respeitar os interesses e a linguagem das crianças, criando ambientes educativos mais motivadores e inclusivos. Autores como Piaget (1976) e Vygotsky (1984) já enfatizavam o papel do jogo e do brincar no processo de desenvolvimento infantil, ressaltando que essas práticas favorecem a aprendizagem por meio da experimentação, da resolução de problemas e da mediação social.

Além dos aspectos motores e cognitivos, a Educação Física possui um impacto substancial no desenvolvimento social e emocional das crianças. As atividades coletivas proporcionam vivências que estimulam o trabalho em equipe, a empatia, o respeito mútuo, o enfrentamento de conflitos e o reconhecimento das diferenças. Segundo pesquisas da Editora Realize (2021) e do Repositório UNIFAEMA (2022), essas experiências favorecem a construção de valores e atitudes que fortalecem a convivência ética e democrática no ambiente escolar.

Outro eixo fundamental da Educação Física escolar é a promoção da saúde e da qualidade de vida. Em um cenário marcado pelo aumento do sedentarismo e da obesidade infantil, a prática regular de atividades físicas desde a infância torna-se uma estratégia essencial para a prevenção de doenças crônicas, o estímulo de hábitos saudáveis e o fortalecimento do bem-estar físico e mental dos estudantes (BRASIL ESCOLA, 2023; UNIFAEMA, 2022). Dessa forma, a Educação Física exerce uma função educativa e preventiva, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes quanto ao cuidado com o corpo e à importância do autocuidado.

Diante disso, evidencia-se que a Educação Física, no contexto do Ensino Fundamental I, transcende os limites do exercício físico e configura-se como um campo de saber que promove o desenvolvimento integral do aluno. Sua contribuição está diretamente relacionada à construção de uma educação que valorize as múltiplas dimensões do ser humano e que ofereça oportunidades de aprendizagem significativas, prazerosas e transformadoras. Portanto, é essencial que sua prática pedagógica seja planejada de forma intencional, crítica e contextualizada, com base em princípios inclusivos e humanizadores, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017).

O Papel do Professor Especializado em Educação Física no Ensino Fundamental I

A atuação do professor de Educação Física no Ensino Fundamental I é de importância estratégica para a consolidação de uma educação verdadeiramente integral e inclusiva. Trata-se de um profissional com formação específica, cuja habilitação legal e competência técnica são indispensáveis para assegurar a qualidade e a intencionalidade pedagógica das práticas corporais desenvolvidas com crianças em idade escolar. A Educação Física, ao contrário do que por muito tempo se difundiu, não se limita a atividades recreativas ou a uma simples liberação de energia dos alunos. Ela é uma disciplina com objetivos próprios, conteúdos específicos e grande potencial formativo, especialmente quando conduzida por um professor habilitado.

O Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), que atende crianças na faixa etária de 6 a 10 anos, representa uma etapa crítica do desenvolvimento humano. Nessa fase, os alunos vivenciam importantes transformações nos aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. É justamente nesse momento que a presença do professor especializado em Educação Física faz a diferença. Esse profissional possui conhecimento teórico-prático sobre o desenvolvimento infantil e domina estratégias pedagógicas que utilizam o movimento como ferramenta para a construção de saberes e para a formação de valores.

De acordo com estudo publicado pela Editora Realize (2021), a ausência de professores licenciados em Educação Física nas séries iniciais afeta diretamente o desenvolvimento psicomotor das crianças. Essa carência prejudica o progresso de habilidades fundamentais como equilíbrio, coordenação, lateralidade e percepção espacial, além de impactar negativamente as dimensões sociais da aprendizagem, como a autonomia, a cooperação, o respeito às regras e a convivência em grupo. Infelizmente, ainda é comum encontrar, principalmente em redes públicas de ensino, turmas onde a Educação Física é ministrada por professores polivalentes (pedagogos), que muitas vezes não possuem formação adequada para desenvolver conteúdos específicos da área.

É importante destacar que o professor especializado compreende o movimento humano não apenas como manifestação física, mas como uma linguagem rica em significados, que permite à criança se expressar, interagir, aprender e se desenvolver de forma integral. Ele reconhece que o corpo também aprende e ensina, sendo parte ativa do processo de construção do conhecimento. Essa abordagem está alinhada com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que insere a Educação Física na área de Linguagens e define como foco a vivência da cultura corporal de movimento. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), essa cultura inclui práticas como jogos, brincadeiras, esportes, danças, lutas e ginásticas — conteúdos que devem ser explorados com intencionalidade pedagógica e sensibilidade para a diversidade.

A BNCC também reforça o papel do professor como mediador do conhecimento, promotor da inclusão e facilitador do desenvolvimento de competências essenciais para a vida em sociedade. Nesse sentido, a atuação do professor de Educação Física vai além da prática técnica: ele é responsável por promover situações de aprendizagem que valorizem o respeito às diferenças, a empatia, a cooperação e o espírito de equipe — valores fundamentais para a formação de cidadãos éticos e conscientes.

No campo legal, a presença do professor de Educação Física com formação específica é respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), que estabelece, em seu artigo 62, que a formação de professores para atuar na educação básica deve ocorrer por meio de curso de

licenciatura, em instituições de ensino superior. Isso inclui obrigatoriamente os profissionais da Educação Física, que devem ser licenciados para atuar nas escolas. Além disso, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que trata das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de formação de professores, enfatiza a necessidade de uma formação sólida, que articule teoria e prática, respeite a especificidade das áreas e prepare o docente para atuar de forma interdisciplinar e contextualizada.

Cabe lembrar ainda que a atuação do professor especializado é fundamental para promover uma educação inclusiva e acessível. Crianças com deficiência, dificuldades motoras ou outras necessidades educacionais específicas também têm o direito de vivenciar atividades corporais adaptadas e significativas. Um profissional qualificado é capaz de planejar e aplicar estratégias que garantam a participação de todos, respeitando as singularidades e promovendo o desenvolvimento global de cada aluno. A Educação Física, quando praticada com esse olhar inclusivo, torna-se uma ferramenta poderosa para o combate à exclusão e para o fortalecimento da cidadania.

Portanto, o professor de Educação Física com habilitação legal não é apenas um executor de atividades físicas, mas sim um educador comprometido com a aprendizagem e o desenvolvimento humano em sua totalidade. Sua função nas séries iniciais é promover práticas corporais que estejam integradas ao projeto pedagógico da escola, dialogando com os demais componentes curriculares e contribuindo para uma formação que vá além dos conteúdos disciplinares tradicionais.

Sua atuação é indispensável para a construção de uma escola democrática, que valoriza o movimento como linguagem e reconhece o corpo como parte integrante do processo educativo. Ao compreender as necessidades específicas da infância e planejar práticas pedagógicas fundamentadas, o professor especializado assegura que a Educação Física seja um espaço de aprendizado, inclusão, respeito e expressão. Em última instância, sua presença é uma garantia do direito dos alunos à educação de qualidade, como determina a legislação e como exige uma sociedade que valoriza o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

Legislação e Orientações Curriculares para a Educação Física no Ensino Fundamental I

A Educação Física, como componente curricular da Educação Básica, está respaldada por um conjunto de legislações e orientações curriculares que garantem sua presença obrigatória nas escolas brasileiras e orientam sua prática pedagógica. O reconhecimento legal da importância da Educação Física no processo formativo dos estudantes assegura que essa área do conhecimento seja tratada com intencionalidade educativa e contribua efetivamente para o desenvolvimento integral dos alunos.

O principal marco legal que fundamenta a obrigatoriedade da Educação Física na escola é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/1996, que, em seu artigo 26, §3º, estabelece que a Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo facultativa apenas nos casos excepcionais previstos em lei, como para estudantes com deficiência ou restrições médicas devidamente comprovadas (BRASIL, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo de caráter nacional, publicado pelo Ministério da Educação em 2017, reforça essa obrigatoriedade ao incluir a Educação Física como um dos componentes da área de Linguagens, ao lado de Língua Portuguesa, Artes e Língua Inglesa. Na BNCC, a Educação Física é compreendida como uma área que valoriza a cultura corporal de movimento, sendo responsável por desenvolver competências relacionadas à vivência e à reflexão crítica sobre práticas como jogos, esportes, lutas, danças e ginásticas (BRASIL, 2017).

No Ensino Fundamental I, a BNCC propõe que a Educação Física promova experiências significativas que considerem o brincar, a ludicidade e a experimentação como eixos centrais. A proposta é que os alunos explorem diferentes formas de movimentar-se, aprendam a conviver em grupo, desenvolvam noções de respeito e cooperação, e reconheçam o corpo como parte integrante da construção da identidade e da cidadania.

Além da BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelecem princípios pedagógicos que orientam a elaboração dos currículos nos sistemas de ensino. Essas diretrizes destacam a importância de uma abordagem interdisciplinar, crítica e contextualizada, que considere as especificidades da Educação Física e o direito dos alunos à aprendizagem significativa por meio do corpo e do movimento (BRASIL, 2013).

A Resolução CNE/CP nº 1/2002, que trata da formação de professores, também reforça que os profissionais da Educação Física devem ser licenciados e preparados para atuar pedagogicamente nos diferentes níveis da Educação Básica. Essa formação deve possibilitar uma prática reflexiva, crítica e comprometida com a inclusão e a diversidade.

Cabe destacar que, em algumas redes de ensino, ainda persistem desafios quanto ao cumprimento da legislação, especialmente no que se refere à presença de professores especialistas nas séries iniciais. Entretanto, o marco legal é claro ao garantir o direito dos alunos à Educação Física de qualidade, com base em pressupostos pedagógicos e não apenas recreativos.

Portanto, conhecer e aplicar a legislação educacional vigente é fundamental para que os professores e as instituições de ensino assegurem o cumprimento dos direitos educacionais dos estudantes. A atuação do docente deve estar alinhada aos princípios e objetivos definidos nos documentos oficiais, garantindo que a Educação Física contribua de forma efetiva para a formação cidadã, crítica e integral das crianças no Ensino Fundamental I.

Formação Integral do Aluno e o Papel da Educação Física

A educação escolar contemporânea tem como um de seus pilares a formação integral do aluno, compreendida como um processo que visa ao desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano: cognitiva, afetiva, social, ética, estética e corporal. Essa concepção rompe com a ideia de que a escola deve se restringir à transmissão de conteúdos acadêmicos e reconhece que a formação

plena exige o cuidado com o corpo, com as emoções, com as relações interpessoais e com os valores culturais.

Nesse contexto, a Educação Física assume um papel essencial, por sua natureza interdisciplinar, vivencial e integradora. Mais do que trabalhar o corpo em movimento, a Educação Física escolar contribui de maneira significativa para a construção de competências e habilidades fundamentais para a vida em sociedade. Através da prática de jogos, esportes, danças, lutas e brincadeiras, os alunos são levados a refletir sobre si mesmos, sobre o outro e sobre o mundo que os cerca, promovendo aprendizagens que dialogam com os princípios da educação integral.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece essa contribuição ao afirmar que a Educação Física deve favorecer a vivência de práticas corporais como meios de interação social, expressão de sentimentos, construção de identidade, respeito à diversidade e promoção da saúde (BRASIL, 2017). Isso significa que o componente curricular não se limita ao desenvolvimento motor, mas também atua sobre aspectos emocionais e relacionais que são indispensáveis à formação humana.

De acordo com Cavaliere (2000), a educação integral não é apenas uma ampliação da jornada escolar, mas sim uma proposta pedagógica que reconhece a complexidade do processo de aprender e o caráter multidimensional do ser humano. Essa visão está alinhada com as ideias de autores como Paulo Freire, que defendia uma educação emancipadora, crítica e transformadora, capaz de preparar o sujeito para agir conscientemente em seu meio social.

A Educação Física, por meio de sua prática reflexiva e inclusiva, torna-se um espaço privilegiado para o exercício de valores como solidariedade, empatia, cooperação, responsabilidade e respeito às diferenças. Ao participar de atividades corporais, os alunos aprendem a lidar com regras, com vitórias e derrotas, com o trabalho em equipe e com os conflitos, desenvolvendo competências socioemocionais indispensáveis para sua formação integral.

Além disso, o componente contribui diretamente para o bem-estar físico e mental dos estudantes. A prática regular de atividades físicas promove a saúde, reduz o estresse, melhora a autoestima e favorece a concentração, impactando positivamente o rendimento escolar em outras disciplinas. Tais benefícios são

amplamente reconhecidos por estudos recentes sobre o papel da atividade física no contexto escolar (UNESCO, 2015; BRASIL ESCOLA, 2023).

Outro aspecto relevante é o diálogo da Educação Física com outras áreas do conhecimento. Ao propor atividades que envolvem matemática (medições, contagens), ciências (fisiologia, anatomia), artes (dança, expressão corporal), e língua portuguesa (comunicação, elaboração de regras), o professor amplia o repertório cultural dos alunos e contribui para a aprendizagem significativa de conteúdos variados de forma prática e contextualizada.

Portanto, a formação integral do aluno requer a presença efetiva e qualificada da Educação Física na escola. Quando planejada de maneira crítica, lúdica, inclusiva e contextualizada, essa disciplina transcende o espaço da quadra e atua como uma ponte entre o corpo e o pensamento, entre a emoção e a razão, entre o individual e o coletivo. Cabe ao professor criar condições para que as práticas corporais escolares se tornem momentos de construção de conhecimento, de vivência ética e de desenvolvimento humano em sua totalidade.

Conclusão

A Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica, desempenha um papel de extrema relevância no Ensino Fundamental I, período que abrange crianças de 6 a 10 anos e que representa uma fase decisiva para o desenvolvimento global do ser humano. Ao longo deste trabalho, foi possível analisar e compreender a amplitude da contribuição da Educação Física no processo de ensino-aprendizagem, superando a visão reducionista de que se trata apenas de uma prática corporal ou atividade recreativa.

Ao considerar a criança como um ser em constante desenvolvimento, com múltiplas dimensões — cognitiva, motora, afetiva, social e ética —, torna-se evidente que a Educação Física tem muito a oferecer na formação integral do aluno. Suas práticas, quando planejadas de forma intencional, crítica e contextualizada, proporcionam vivências significativas que promovem não apenas o aprimoramento

das habilidades motoras, mas também o desenvolvimento do pensamento crítico, da socialização, da autonomia, da empatia e do respeito à diversidade.

Fundamentada legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/1996) e orientada pedagogicamente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a Educação Física é reconhecida como um direito dos estudantes e como uma área do conhecimento que contribui para a consolidação de competências essenciais à vida em sociedade. A BNCC, por sua vez, reforça a importância da vivência da cultura corporal de movimento como meio para que os alunos desenvolvam habilidades relacionadas à saúde, ao convívio social, à resolução de conflitos, ao trabalho em equipe e à valorização do corpo e do movimento como formas de expressão e comunicação.

Neste cenário, a presença do professor especializado em Educação Física é indispensável. A ausência desse profissional nas séries iniciais compromete não apenas o desenvolvimento motor das crianças, mas também limita suas oportunidades de vivenciar práticas corporais com objetivos pedagógicos claros. O professor habilitado tem formação específica para mediar aprendizagens por meio do movimento, respeitando o estágio de desenvolvimento dos alunos, promovendo a inclusão, adaptando atividades quando necessário e contribuindo para que as práticas corporais sejam vivenciadas com criticidade e significado.

Outro aspecto essencial abordado neste trabalho foi o papel da Educação Física como promotora da educação integral. Esse conceito, defendido por diversos educadores e respaldado por políticas públicas, propõe que a escola não se limite à transmissão de conteúdos, mas que se torne um espaço de formação plena do sujeito. Nesse contexto, a Educação Física se destaca por sua capacidade de articular corpo e mente, emoção e razão, teoria e prática, possibilitando que o aluno se reconheça como parte ativa no processo de aprendizagem e no seu próprio desenvolvimento.

Também se evidenciou que a ludicidade é um elemento fundamental no trabalho pedagógico da Educação Física com crianças. O brincar, os jogos e as brincadeiras são meios eficazes para a aprendizagem na infância, pois respeitam a linguagem natural das crianças e potencializam a construção de saberes de forma prazerosa, desafiadora e contextualizada. Como afirmam Piaget e Vygotsky, o jogo

não é apenas uma atividade espontânea, mas um instrumento potente para o desenvolvimento cognitivo e social, o que reforça ainda mais o valor da Educação Física como componente estruturante no currículo escolar.

Ademais, a prática sistemática da Educação Física contribui para a promoção da saúde, para a prevenção do sedentarismo e de doenças associadas ao estilo de vida inativo, além de influenciar positivamente no comportamento e no rendimento escolar dos estudantes. Quando integrada ao projeto pedagógico da escola, essa disciplina amplia seu alcance e se torna aliada na formação de sujeitos mais conscientes, críticos e comprometidos com seu bem-estar e com a coletividade.

Conclui-se, portanto, que a Educação Física no Ensino Fundamental I deve ser valorizada e ressignificada em seu papel educativo. Sua contribuição para o desenvolvimento integral dos alunos é inegável, desde que seja conduzida por profissionais qualificados, com práticas fundamentadas em princípios pedagógicos consistentes e alinhadas às diretrizes curriculares nacionais. Cabe aos gestores educacionais, às instituições formadoras e aos próprios docentes o compromisso de garantir uma Educação Física escolar de qualidade, inclusiva, crítica e comprometida com a formação humana.

Diante dos desafios ainda existentes — como a carência de infraestrutura, a desvalorização da disciplina e a atuação de profissionais não especializados —, é urgente que se reforcem as políticas públicas que assegurem o direito das crianças a uma Educação Física digna, que contribua efetivamente para sua formação plena. Apenas assim será possível construir uma escola mais democrática, que reconheça e valorize todas as dimensões do ser humano em sua complexidade.

Referências

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. *A Educação Física e a BNCC: desafios e possibilidades*. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 34, n. 2, 2012.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

_____ Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica.

_____ Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.

_____ Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

DAOLIO, J. *Educação Física e Cultura: interfaces e implicações*. Campinas: Papirus, 2004.

EDITORA REALIZE. *A importância do professor de Educação Física especializado nas séries iniciais do Ensino Fundamental*. Anais do Congresso Nacional de Educação, 2021.

GALLAHUE, D. L.; OZMAN, J. C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. São Paulo: Phorte, 2005.

GARDNER, H. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

PERIÓDICOS UNIMONTES. *A importância da Educação Física no desenvolvimento motor*. Montes Claros: Unimontes, 2022.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

REALIZE Editora. *A importância da Educação Física no ensino fundamental: aspectos sociais e pedagógicos*. Anais do Congresso Nacional de Educação, 2021.

REPOSITÓRIO UNIFAEMA. *A Educação Física como promotora da saúde e do bem-estar escolar*. Ariquemes: UNIFAEMA, 2022.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.